

Dez mil quilômetros à venda

Arquivo

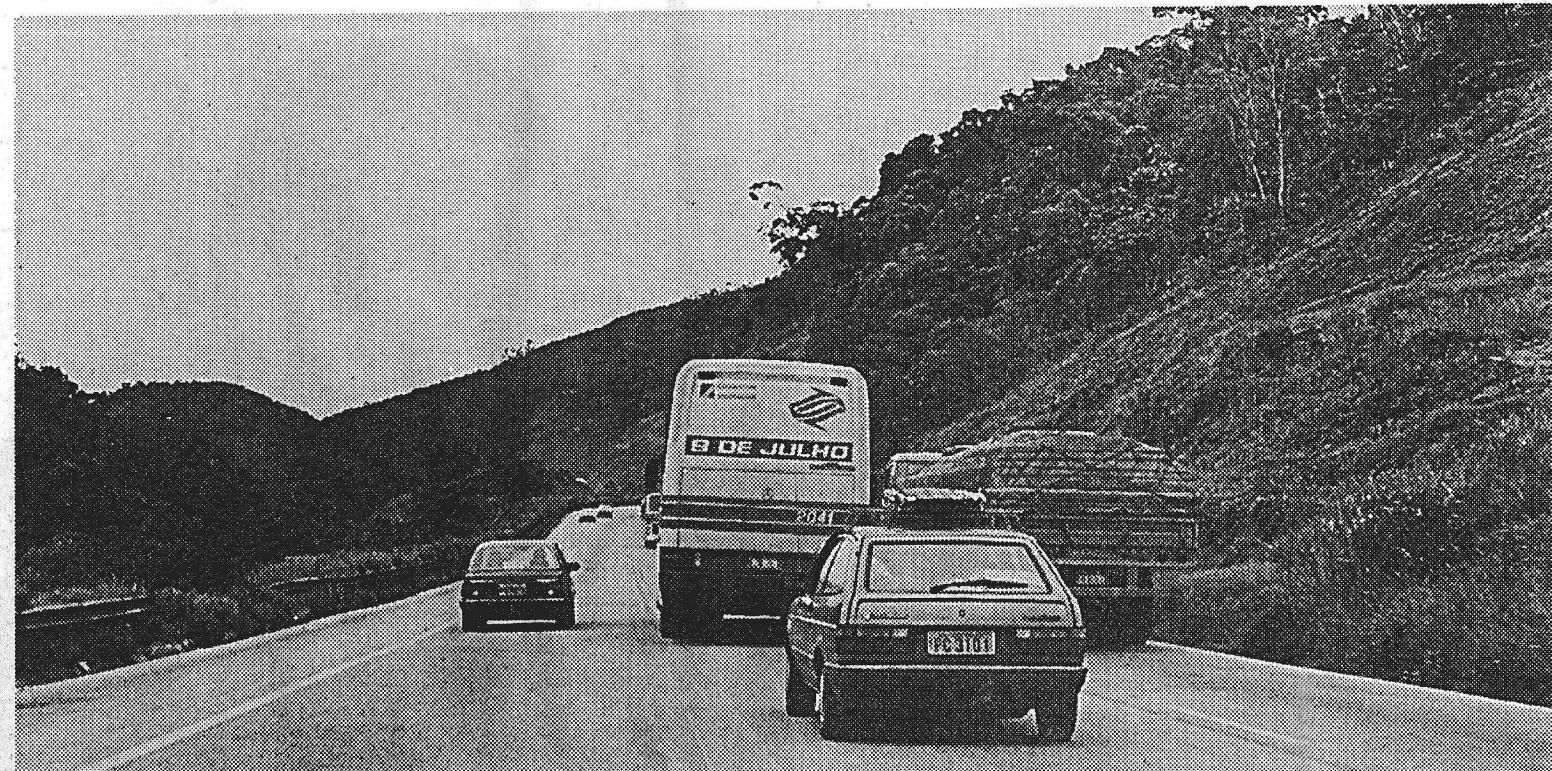
CÉSAR BORGES*

BRASÍLIA - O governo anunciou ontem a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização (PND), de 10,7 mil quilômetros de rodovias federais. Também foi incluído o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), estatal que atua como a seguradora das seguradoras. De acordo com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, cinco editais de licitação já estão prontos para serem lançados no início de 1998. A exploração das estradas pelo setor privado não gera recursos ao Tesouro Nacional, mas suspende gastos com a manutenção dessas rodovias.

Segundo Padilha, as primeiras estradas licitadas serão: a BR-381, Belo Horizonte-São Paulo; dois trechos da BR-101, Curitiba-Florianópolis e Florianópolis-Osório (RS); a BR-116, São Paulo-Curitiba; a BR-324, Salvador-Feira de Santana, na Bahia; e a BR-050, Goiânia-Anápolis, em Goiás. Outros 13 mil km de estradas federais serão estandardizadas e depois privatizadas. Com isso, dos atuais 51 mil quilômetros federais pavimentados, 28 mil serão administrados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Com relação ao IRB, a decisão do governo foi bem recebida. "Teremos produtos diferenciados a preços menores", prevê Henrique Brandão, vice-presidente da Federação Nacional dos Corretores (Fenacor) e membro do Conselho Nacional dos Seguros Privados (CNSP). "Sempre fomos contrários aos monopólios, não só no resseguro. O segmento de acidentes de trabalho e todos os seguros sociais precisam ser desregulamentados", avalia João Elísio Ferraz de Campos, presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (Fenaseg).

O presidente do IRB, Demosthenes Madureira de Pinho está no exterior. Seu substituto, Paulo França, informou, através da assessoria, que não poderia atender o JB. A assessoria do IRB informou que a autarquia aguarda detalhes do Ministério da Fazenda sobre a privatização para se pronunciar. O IRB tem hoje 580 funcionários e, no balanço de 96, mostrou lucro líquido de R\$ 73 milhões. O governo também autorizou o BNDES a vender imóveis da União, de valor estimado em R\$ 25 bilhões. Só na Rede Ferroviária Federal são 22 mil imóveis espalhados pelo país, num total estimado em R\$ 4 bilhões.



Chamada de 'rodovia da morte' pelos acidentes que registra, a BR-116, entre São Paulo e Curitiba, é uma das seis da primeira licitação